



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000379492

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno Cível nº 2265857-38.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL - ASABB e Interessado BANCO DO BRASIL S/A, são embargados ARLINDO PEREIRA DOS SANTOS, ENERLIPES FREDERICO, JOÃO DÉCIO FREDERICO e LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 17ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores IRINEU FAVA (Presidente) E SOUZA LOPES.

São Paulo, 22 de abril de 2025.

EDUARDO VELHO

Relator

Assinatura Eletrônica

AGRAVO INTERNO CÍVEL nº 2265857-38.2024.8.26.0000/50000

AGRAVANTE: ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BANCO DO BRASIL - ASABB

INTERESSADO: BANCO DO BRASIL S/A

EMBARGDOS: ARLINDO PEREIRA DOS SANTOS, ENERLIPES FREDERICO, JOÃO DÉCIO FREDERICO E LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS

INTERESSADOS: JOÃO CARLOS DOS SANTOS, JOAO PEREIRA DOS SANTOS E JOAQUIM DA SILVA PEREIRA FILHO

VOTO nº 21742

AGRAVO INTERNO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PLANO VERÃO - Decisão que concedeu efeito suspensivo ao agravo de instrumento - Pretensão do devedor de revogação desse efeito – Razões do agravo interno que não apresentaram nenhum elemento que demonstrasse, neste momento, a inadequação da decisão agravada – Decisão mantida.

Agravo interno não provido.

Trata-se de agravo interno interposto pelo devedor/agravado contra a decisão que concedeu efeito suspensivo ao agravo de instrumento.

Insurge-se o Banco executado, pugnando pela reforma da r. Decisão.

Diz que não há necessidade do efeito suspensivo em relação ao valor incontroverso e pretende que seja revogado o efeito suspensivo concedido.

É O RELATÓRIO.

Sem razão o devedor.

Embora não concorde com a decisão concessiva de efeitos suspensivo, o devedor apenas alegou que não estão presentes os requisitos autorizados da decisão.

No entanto, sem adentrar no mérito recursal, tenho que, diante da eventual possibilidade de alteração do valor do débito/crédito, o efeito suspensivo deve ser mantido.

Não bastasse isto, com as razões do agravo interno não veio nenhum novo elemento que demonstrasse, concretamente, a inadequação da decisão agravada, o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

que é absolutamente insuficiente para promover-se neste momento as modificações almejadas, ficando por ora mantida a decisão atacada, sem ressalvas.

Nestes termos, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo interno.

EDUARDO VELHO

Relator